

OS MAIS BELOS TRATADOS DE EDUCAÇÃO E A HERMENÊUTICA DAS SUAS POSSIBILIDADES

Fausto dos Santos Amaral Filho

Resumo: O presente artigo tem como principal intuito, ressaltando o gênero literário no qual Platão e Rousseau escreveram os seus mais conhecidos textos sobre educação, a República e o Emílio, indicar as possibilidades hermenêuticas decorrentes do fato das duas obras referidas terem sido escritas em linguagem poética; a primeira sendo um diálogo socrático e a segunda um romance de formação didático-pedagógico.

Palavras-chave: República, Emílio, Hermenêutica.

The most beautiful educational treatises and the hermeneutics of their possibilities

Abstract: The paper highlights the literary genre under which Plato and Rousseau have written their most famous texts on education: The Republic and Émile. It aims mainly at indicating the hermeneutic possibilities that arise from the fact that both books have been written in a poetic language: the first one is a socratic dialogue and the second one is an educational romance.

Key-words: The Republic, Émile, Hermeneutic.

Nosso filósofo, “uma dessas figuras diante das quais não se consegue manter a neutralidade nem a passividade”(STRECK, 2008, p. 9), foi, antes de tudo, em relação ao seu próprio tempo, um contemporâneo. Pois, mantendo-se em conjunção singular com a sua historicidade própria, não sucumbiu às luzes emanadas por ela, mas, aderindo ao luminoso, foi capaz de enxergar a inerente obscuridade correspondente¹. Dessa maneira, escrevendo “textos que repercutiram em seu próprio século e nos que se seguiram”(GARCIA, 2011, p. 168), criticou mordazmente a sua época, instalando as bases para a sua superação, mormente ao pensar a ciência, a política, a ética, a arte, a educação, a religião e a linguagem; para citar alguns dos temas que ocuparam o seu pensamento. Deixando-nos um legado que acabou por constituir-nos, adentrando em nossa vida. Tendo em vista o tema aqui perseguido por nós, a educação, nosso filósofo nos ensinou, fundamentalmente, o vínculo inexorável entre *política* e *educação*, poder-se-ia dizer, como sendo duas faces da mesma moeda. Em linguagem antiga, é inegável que *politéia* e *paidéia* tornaram-se pontos cardeais da sua obra (Cf. JAEGER, 1995, p. 752).

Mas então, quem será o nosso filósofo? Ao que tudo indica, ele não é um, mas dois: Platão e Rousseau. E os mais belos tratados de educação aos quais o título deste breve estudo se refere são, evidentemente, a *República* de um e o *Emílio* do outro.

Obviamente sabemos das distâncias que separam os dois pensadores; um, imerso nos confins da Hélade, o outro, em meio às luzes do enciclopedismo francês. Porém, também sabemos que podemos buscar compreender as aproximações entre ambos. Afinal, o movimento histórico é sempre a síntese constante entre rupturas e continuidades. Portanto, aqui, buscaremos, tendo em vista a questão da educação, o que é que pode aproximar os dois filósofos². Pois, ao que tudo indica, tal aproximação é possível e começa, justamente, pelo tema *Educação*. Acima de tudo, pelo que já foi ressaltado antes: a imbricação inexorável entre *política* e *educação*. Coisa que hoje, dificilmente alguém estaria disposto a

¹ “Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela”(AGAMBEN, 2010, p. 59).

² Um bom exemplo para compreender, não a aproximação, mas a distância que separa o pensamento dos dois filósofos pode ser visto em: DALBOSCO, Cláudio A. Educação e formas de conhecimento: do inatismo antigo (Platão) e da educação natural moderna (Rousseau). In: *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 268-276, maio/ago. 2012.

negar; na medida em que, ainda que cada uma resguarde as suas especificidades próprias, “toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política”, assim como, “toda prática política contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa” (SAVIANI, 2008, p. 71).

Para confirmarmos que o *Emílio* seja uma obra tanto de política quanto de educação, basta lembrarmos, não somente, que a referida obra foi escrita ao mesmo tempo em que o *Contrato Social*, poderíamos dizer, como obras complementares, pois que, “toda educação do *Emílio* é conduzida para que ele possa, no fim, viver numa sociedade regida pelo contrato”(STRECK, 2008, p. 27). Muito provavelmente seja por isso mesmo que ao final do *Emílio* encontremos um arrazoado político, uma espécie de “resumo do contrato social, indicando o tipo de sociedade na qual Emílio e Sofia poderiam viver suas liberdades”(STRECK, 2008, p. 27). Dessa maneira, como nos diz Oliveira, a intenção político-pedagógica de Rousseau é clara, pois “o próprio fato do *Contrato Social* estar contido no *Emílio* explica a vontade instrutora do autor de ensinar as regras básicas para que o cidadão insira-se na sociedade” (OLIVEIRA, 2000, p. 69). Assim, podemos afirmar, junto com Streck que, no *Emílio*, “Rousseau faz da educação uma ação eminentemente política”(STRECK, 2008, p. 31).

Na *República*, que busca compreender as necessidades para a constituição de uma cidade adequadamente propícia para a superação do establishment até então vigente, encontramos, como de resto em todos os textos de Platão, a imbricação dos mais variados temas. Dentre os quais, certamente, a “sua teoria da educação e sua concepção da sociedade” (LAN, 1992, p. 11). Assim, não erramos ao valorizar a importância da educação para a *Politéia* do Mestre da Academia, pois, como nos diz Jaeger, “a paidéia não é um simples elo externo que faz da obra um todo; constitui a sua verdadeira unidade interna”(JAEGER, 1995, p. 752). O que o próprio Rousseau soube reconhecer no princípio do seu *Emílio*, o que, efetivamente, aproxima ainda mais as duas obras dos nossos dois pensadores: “Quereis ter uma ideia da educação pública, lede a *República* de Platão. Não se trata de uma obra política, como pensam os que julgam os livros pelos títulos: é o mais belo tratado de educação que jamais se escreveu”(ROUSSEAU, 1992, p. 14).

Mas, a parte a consideração da intrínseca correlação entre política e educação, uma outra similaridade em relação às referidas obras dos dois filósofos, que não deve ser pensada em absoluta disjunção a essa correlação, pode muito

bem nos intrigar. Como sabemos, Platão não escreveu propriamente tratados filosóficos, que, também é sabido, já existiam em seu tempo³, mas antes, peças literárias, os chamados *Diálogos Socráticos*, gênero poético à disposição de vários autores da época⁴. “Literatura de ficção e, muito frequentemente, de fantasia”(KAHN, 2000, p. 31). O que, certamente, nos impõe uma disponibilidade hermenêutica própria em relação aos seus escritos; na medida em que, pressupõe-se, não podemos ler um tratado filosófico da mesma forma que lemos uma obra de arte. Há que se respeitar o alcance e as possibilidades de cada um dos gêneros literários a nossa disposição, tanto em relação à escrita, quanto em relação à leitura. Pois a obra poética, diferentemente do modo como se pensa operar o tratado científico, embora também tenha em vista a chamada realidade – talvez pudéssemos dizer a realidade propriamente humana –, busca acessá-la através de um outro nível semântico, abolindo o que Ricoeur costuma chamar, tendo em vista Frege, *referência de primeiro nível*⁵. Sendo assim, em relação à leitura de Platão, julga-se aqui que não podemos deixar de levar em consideração aquilo que nos diz Gagnebin:

Se esquecermos a forma literária ‘diálogo’ para procurar estabelecer um ‘sistema’ de afirmações platônicas e, a partir delas, extrair algumas proposições essenciais que formassem a verdade procurada, encontraremos muitas contradições, muitas incoerências, poucas certezas e poucas evidências (GAGNEBIN, 2004, p. 14).

Ora, embora Rousseau, diferentemente de Platão, tenha escrito tratados filosóficos, apesar do título deste nosso estudo, o *Emílio* não é exatamente um deles. Sendo antes, quanto ao gênero literário, um *romance*. Mais especificadamente classificado por Bakhtin como “romance de educação ou

³ “De fato, a filosofia começa em forma de tratados: Anaximandro, Anaxímenes e os demais da tradição jônica escreveram tratados”(SCOLNICOV, 2006, p. 123).

⁴ “Si bien es responsable de haber perfeccionado la forma, no fue Platón quien inventó el diálogo socrático. Años después de la muerte de Sócrates, diversos contemporáneos suyos escribieron diálogos cortos en los cuales éste aparecía como interlocutor principal. En su *Poética*, Aristóteles reconoce los *sokratikoi logoi*, o ‘conversaciones con Sócrates’, como un género literario establecido”(KAHN, 2000, p. 30).

⁵ “Não há discurso de tal forma fictício que não vá ao encontro da realidade, embora em outro nível, mais fundamental que aquele que atinge o discurso descritivo, constatativo, didático, que chamamos de linguagem ordinária. Minha tese consiste em dizer que a abolição de uma referência de primeiro nível, abolição operada pela ficção e pela poesia, é a condição de possibilidade para que seja liberada uma referência de segundo nível, que atinge o mundo, não mais somente no plano dos objetos manipuláveis, mas no plano que Husserl designava pela expressão de *Lebenswelt*, e Heidegger pela de *ser-no-mundo*”(RICOEUR, 1977, p. 56).

formação”(BAKHTIN, 1997, p. 235). Mais especificadamente ainda, como *romance de formação didático-pedagógico*, ao lado, por exemplo, de obras como *Ciropedia* de Xenofonte e *Telêmaco* de Fénelon (Cf. BAKHTIN, 1997, p. 239). Sendo, portanto, o personagem Emílio, “um aluno imaginário”(ROUSSEAU, 1992, p. 27) com todas as suas características⁶. Tanto quanto, há de se supor, o seu pedagogo-governante e a sua prometida companheira Sofia, que “deve ser mulher como Emílio é homem”(ROUSSEAU, 1992, p. 423). Poder-se-ia dizer, tão imaginária quanto Emílio; ou, dito de outra forma, ainda mais elucidativa, como nos propicia o próprio Rousseau, em relação à construção do personagem, “é preciso generalizar nossos pontos de vista e considerar em nosso aluno o homem abstrato, o homem exposto a todos os acidentes da vida humana”(ROUSSEAU, 1992, p. 16).

Aqui, certamente, não podemos esquecer o que já foi dito sobre a concepção hermenêutica de Paul Ricoeur a respeito do modo de atingir a realidade operada pela linguagem poética, matéria prima da literatura de ficção, a qual o gênero literário *romance* está vinculado. Afinal, parece que não há mais condições para mantermos anacronicamente determinados preconceitos filosóficos que nos levam a uma depreciação da linguagem poética, julgando que nela encontramos apenas uma espécie de glorificação da linguagem, onde as “palavras têm apenas sentido”(FREGE, 1978, p. 107), sendo completamente incapazes de referenciar algo⁷. Pois, como muitos de nós conseguem perceber, contos, romances, poemas:

não existem sem referente. Mas esse referente estabelece uma ruptura com a linguagem cotidiana. Pela ficção, pela poesia, abrem-se novas possibilidades de ser-no-mundo na realidade cotidiana. Ficção e poesia visam o ser, mas não mais sob o modo do ser-dado, mas sobre a maneira do poder-ser. Sendo assim, a realidade cotidiana se metamorfoseia em favor daquilo que poderíamos chamar de variações imaginativas que a literatura opera sobre o real (RICOEUR, 1997, p. 57).

⁶ “Tomei portanto o partido de me dar um aluno imaginário, de supor sua idade, a saúde, os conhecimentos e todos os talentos convenientes para trabalhar na sua educação, conduzi-la desde o momento do seu nascimento até aquele em que, homem feito, não terá mais necessidade de outro guia senão ele próprio”(ROUSSEAU, 1992, P. 27).

⁷ Para ampliar um pouco tal tema pode-se ver : AMARAL F^o, Fausto dos Santos. O platonismo estético de Gottlob Frege. In: *Prospecções Filosóficas: Platão e Aristóteles, Estética, Hermenêutica e Teologia*. Chapecó: Argos (Coleção Sul ABEU), 2012.

Dessa maneira, a linguagem poética conclama, poder-se-ia dizer, privilegiadamente, à compreensão do ser-no-mundo que somos nós⁸, seres necessariamente imersos, entre outras coisas, na política e na educação.

Portanto, quando Rousseau nos fala sobre o seu aluno imaginário, dizendo ser necessário considerá-lo como o *homem abstrato*, como será que devemos compreender isso? Ora, levando a sério o gênero literário no qual o *Emílio* se enquadra, não diferente do que está dito: Emílio, personagem do romance, não é exatamente um indivíduo *particular concreto*, mas resguarda todas as possibilidades de um *universal abstrato*. Valendo o mesmo para os outros personagens. Afinal, como nos diz o próprio filósofo em relação à sua obra, “nosso verdadeiro estudo é o da condição humana”(ROUSSEAU, 1992, p. 16).

A partir desta compreensão podemos dirimir uma determinada interpretação corrente que vê na referida obra um programa educacional que “se reduz a uma educação aristocrática, na qual o preceptor se ocupa de um aluno (nobre e rico), num trabalho pedagógico individualizado, não escolar, sem preocupação com a educação das massas, do povo trabalhador, dos filhos do terceiro estado”(GIOLO, 2011, p. 218). Compreensão essa compartilhada, por exemplo, por Eby (Cf. EBY, 1976, pp. 295-300) que, comparada com a educação proposta pelo filósofo nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* e no *Discurso sobre a economia política*, fazem surgir uma espécie de contradição, ou, no mínimo, duas propostas opostas de educação, instaurando um “conflito entre a educação estatal e a familiar”(EBY, 1976, p. 299)⁹, que, aos olhos do referido historiador, pode ser facilmente explicado, pois “o problema que Rousseau discutiu no *Emílio* é bem diferente do que ele tinha em vista em suas outras obras”(EBY, 1976, p. 299). Dentro desta concepção, ao fim e ao cabo, Rousseau teria achado “necessário construir dois sistemas de educação para condições sociais radicalmente diferentes”(EBY, 1976, p. 296). Uma, seria a *educação familiar*, supostamente proposta no *Emílio*; a outra seria a *educação estatal* tal qual a proposta nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* e no *Discurso sobre a economia política*. A primeira adequada “para a civilização existente” (EBY, 1976, p. 297), seria a

⁸ “Conforma já mostrei em outra obra, tomando o exemplo da linguagem metafórica, a ficção é o caminho privilegiado da descrição da realidade”(RICOEUR, 1997, p. 57).

⁹ Mas que educação familiar seria está preconizada no *Emílio* se, ao fim e ao cabo, para Rousseau pouco importa se o seu personagem tenha família? Não esqueçamos que “Emílio é órfão”(ROUSSEAU, 1992, p. 30).

educação de um indivíduo, dissociado da vida em sociedade; a segunda adequada para “um Estado e sociedade organizados de acordo com o ser natural do homem” (EBY, 1976, p. 296), onde os alunos seriam “educados juntos e da mesma maneira”(ROUSSEAU, 1982, p. 37)¹⁰ com base em uma “educação pública, segundo as regras prescritas pelo governo e os magistrados estabelecidos pelo soberano” (ROUSSEAU, 1996, p. 40).

Como se vê, a partir desse tipo de compreensão, teríamos em Rousseau duas propostas educacionais distintas para distintas condições sociais. Mas será que de fato é assim? Será que, tendo em vista a concepção hermenêutica declarada neste nosso breve estudo, podemos ler o *Emílio* da mesma forma que lemos as *Considerações sobre o Governo da Polônia* e o *Discurso sobre a economia política*? Poder até que podemos, aliás, pelo que vimos, no mais das vezes é assim mesmo que se faz. Da mesma forma que, inclusive, também se faz com Platão, não levando em consideração o *gênero literário* da escrita do Mestre da Academia, como se isso fosse uma questão menor, ou até mesmo inexistente. No entanto, tentou-se mostrar aqui que, ler um texto, observando o *alcance* e os *limites* do gênero literário ao qual ele pertence não é uma questão de somenos. Antes pelo contrário, tal atitude hermenêutica é fundamental para a compreensibilidade produtiva das nossas leituras, tanto quanto para a produtividade noética daquele que escreve.

Tendo isso em vista, como sabemos, para Rousseau, a pedagogia não é exatamente uma ciência – com toda a positividade que uma ciência supostamente pode comportar. Pois, ao tratarmos as especificidades propriamente humanas, não temos em nossas mãos o controle de todas as variáveis que podem adentrar no processo em questão. Como nos diz o filósofo, a educação é antes uma arte¹¹. Dessa maneira:

¹⁰ “Se as crianças são educadas em comum sob o princípio da igualdade, se são imbuídas das leis do Estado e das máximas da vontade geral, se são instruídas a respeitá-las acima de todas as coisas, se são envolvidas por exemplos e objetos que lhes falam o tempo todo da mãe terna que os alimenta, do amor que tem por elas, dos bens inestimáveis que recebem e do reconhecimento que lhe devem, não se pode duvidar de que aprendem assim a se querer mutuamente como irmãos, a querer apenas aquilo que quer a sociedade, a substituir o falatório vão e estéril dos sofistas por ações de homens e de cidadãos, e um dia se tornarão os defensores e os pais da pátria, da qual foram por muito tempo os filhos”(ROUSSEAU, 1996, p. 41).

¹¹ “A pedagogia, sendo uma espécie de lugar de encontro de diferentes saberes, nasce diferente de outras disciplinas. Rousseau, talvez por isso, dirá que a educação é uma arte. E justifica: é quase impossível que tenha êxito porque muito pouco controle de todos os fatores que favorecem ou dificultam o processo de aprender e ensinar”(STRECK, 2008, p. 71).

Sendo a educação uma arte, torna-se quase impossível que alcance êxito total, porquanto a ação necessária a esse êxito não depende de ninguém. Tudo o que se pode fazer, à força de cuidados, é aproximar-se mais ou menos da meta, mas é preciso sorte para atingi-la (ROUSSEAU, 1992, p. 11).

Ora, pensemos nós, se o processo educacional, como foi dito, não é passível de um controle plenamente efetivo, qual seria a linguagem mais adequada para a compreensibilidade de tal processo a não ser uma linguagem que também não seja passível de um pleno controle, tal qual a linguagem poética?

Sendo assim, por fim, poderíamos pensar que Rousseau, talvez até mesmo ainda mais do que Platão, soube compreender as incertezas da vida humana, ou seja, a abertura para as possibilidades que ela comporta, sabendo, inclusive, quando julgou conveniente, valer-se de uma linguagem apropriada para dizê-lo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Editora Argos, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DALBOSCO, Cláudio A. Educação e formas de conhecimento: do inatismo antigo (Platão) e da educação natural moderna (Rousseau). In: *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 268-276, maio/ago. 2012.

EBY, Frederick. História da Educação Moderna: séc. XVI/séc. XX. Teoria, organização e prática educacionais. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

FREGE, Johann Gottlob. Digressões sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. As formas literárias da Filosofia. In: *Filosofia e Literatura*. Ricardo Timm de Souza, Rodrigo Duarte (Orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GARCIA, Cláudio Boeira. Emílio: Política e Educação. In: DALBOSCO, Cláudio A. (Org.). *Filosofia e Educação no Emílio de Rousseau*. Campinas: Editora Alínea, 2011.

GIOLO, Jaime. Rousseau e seu Legado Pedagógico. In: DALBOSCO, Cláudio A. (Org.). *Filosofia e Educação no Emílio de Rousseau*. Campinas: Editora Alínea, 2011.

JAEGER, Werner. *Paidéia. A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KAHN, Charles H. Una nueva interpretación de los diálogos socráticos de Platón. *Areté. Revista de Filosofía*. Vol. XII, n. 1, 2000.

LAN, Conrado Eggers. Introducción. In: PLATÃO. *República*. Introducción, traducción y notas por Conrado Eggers Lan. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

OLIVEIRA, Neiva Afonso. *Rousseau e Rawls: Contrato em Duas Vias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. *Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. *Discurso sobre economia política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCOLNICOV, Samuel. *Platão e o Problema Educacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

STRECK, Danilo R. *Rousseau & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Fausto dos Santos Amaral Filho é doutor em Filosofia pela UFRJ (2005) e professor-pesquisador do PPGE da Universidade Tuiuti do Paraná, onde está envolvido com as questões relativas à investigação dos métodos para a pesquisa em Educação. Publicou diversos artigos científicos e capítulos de livros e é autor das seguintes obras, entre outras: *Platão e a Linguagem Poética: o prenúncio de uma distinção*. Chapecó: Editora Argos, 2008 e *Prospecções Filosóficas: Platão e Aristóteles, Estética, Hermenêutica e Teologia*. Chapecó: Editora Argos, 2012.